

ELITAS POLÍTICAS ESPÍRITO-SANTENSES E REFORMISMO AUTORITÁRIO (1930-1937)

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAIS ACHIAMÉ

Mestre em História pela UFES

NARA SALETTO DA COSTA

Doutora em História e Professora do PPGHis/UFES

Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude.

Giuseppe Tomasi di Lampedusa, O leopardo.

Analisa o processo histórico da Revolução de 1930 no estado do Espírito Santo, e seus desdobramentos políticos até 1937. Recorre ao instrumental teórico enunciado por Antonio Gramsci e às obras de historiadores que trataram essa questão no plano nacional. Interpreta as atividades da Administração João Punaro Bley no estado, na promoção do saneamento financeiro e da centralização político-administrativa, nos termos de um reformismo autoritário. Em correspondência com essa situação, trata da reorganização e criação de “partidos” gramscianos e examina disputas pelo poder no período de democracia limitada. Conclui pelo sentido conservador imprimido à atividade política nesses anos no estado, para permitir que as reformas efetuadas nas áreas sociais não interferissem nos privilégios econômicos das classes dominantes, que foram preservados.

Palavras-chave: Estado do Espírito Santo – história. Política espírito-santense – Segunda República. João Punaro Bley – Administração (1930-1937).

This dissertation is engaged in an analysis of the historical process of the 1930 Revolution in the State of Espírito Santo, and its political developments as far as 1937. It employs the theoretical apparatus devised by Antonio Gramsci as well as works by historians who have

dealt with this issue in a Brazilian scope. It interprets the activities of the João Punaro Bley administration both in sponsoring a financial recovery and a political and administrative centralization in terms of autocratic reforms. In the light of this situation, it deals with the reorganization and creation of Gramscian “parties” and surveys clashes for power occurring in a period of restricted democracy. As a conclusion it enhances the conservative pattern imprinted on the political activity during these years at the State level so as to prevent reforms carried out in social sectors from interfering with economic privileges of dominant classes, which were supposed to be preserved.

Key-words: State of Espírito Santo – history. Espírito Santo politics – Second Republic. João Punaro Bley – administration (1930-37).

Este artigo procura divulgar a dissertação *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)*, orientada por Nara Saletto da Costa, elaborada por Fernando Antônio de Moraes Achiamé e apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

“Afinal, professor, houve a Revolução de 30?”, pergunta Octávio Ianni ao seu instrutor de Geografia Humana num curso da USP em 1949. Após ouvi-lo com atenção, Aroldo de Azevedo responde sério e firme: “Não, não houve, mas na verdade depois disso, tudo mudou”.¹ Sempre que refletimos sobre os episódios de 1930, nos vem à mente um posicionamento semelhante ao do antigo geógrafo, mesmo que seja por outras razões. Sabemos que, de fato, não ocorreu uma revolução, no sentido marxista de uma nova classe social conquistar o poder e mudar as relações de produção.² Mas sabemos, também, que depois de 1930 muitos aspectos da vida brasileira se modificaram, alguns de forma marcante.

¹ A historiadora Vavy Pacheco Borges relata o episódio, cf. BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159-182; p. 439-446. p. 442.

² FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 116.

Como explicar a situação, aparentemente contraditória, de rupturas e continuidades na política do nosso país a partir dessa época?

E como explicar os acontecimentos políticos de 1930 e seus desdobramentos no estado do Espírito Santo? Naturalmente que a vida política espírito-santense desse período guarda semelhanças e aproximações com os complexos de fatos sucedidos em outras unidades federadas. No entanto, devem ser conhecidas as particularidades relativas à implantação, desenvolvimento e término da Segunda República em terras capixabas para se avançar no conhecimento da própria história nacional.

Ao longo do trabalho, procuramos demonstrar as rupturas e continuidades na política dos anos de 1930 a 1937 como exercida no estado do Espírito Santo, já que estas idéias, por si próprias, não se encontram manifestadas de modo explícito.

Convém ressaltar, desde logo, que nem mesmo os eventos empíricos, os simples acontecimentos, estão corretamente estabelecidos na historiografia espírito-santense para que a partir deles sejam construídos e interpretados os fatos históricos, e se proceda a uma síntese do período político enfocado. Não são conhecidos em profundidade líderes, partidos e facções políticas que disputavam o poder no estado do Espírito Santo nos anos imediatamente anteriores à Revolução de 30. Somente é mencionada, mesmo assim de passagem, uma disputa intra-oligárquica para controlar o aparelho regional de Estado, com facções rivais lideradas pelos irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro.³

Também não se conhecem com exatidão quais foram os principais atores políticos da época pós-revolucionária, nem o papel que exerceram na vida estadual. Sabe-se que alguns deles assomam à cena política com a Revolução de 1930, mas não se distingue claramente quem eram, a que correntes de pensamento político estavam ligados, nem como eles se posicionaram frente à presença de um interventor de origem militar no poder regional. E, muito menos, tem-se noção dos recursos empregados pelas classes dominantes para se reorganizarem politicamente nas diversas fases do período objeto do estudo.

Assim, devemos esclarecer que, de maneira inescapável, o presente trabalho possui um caráter factual, pela necessidade que sentimos de resgatar do esquecimento diversas personalidades políticas e de estabelecer certos conjuntos de fatos históricos que, salvo engano, nunca foram

³ NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, [197-]. p. 400-401, e OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: FCES, 1975. p. 423-424.

tratados na historiografia espírito-santense. Se existe alguma vantagem e mesmo emoção em se penetrar numa “selva escura” historiográfica, quase que por completo desconhecida, da mesma forma existem as desvantagens, que também trazem outra gama de emoções, ao se pavimentar quase solitariamente o caminho historiográfico, a ser depois percorrido. Assim, muitos esforços e tempo foram despendidos no estabelecimento dos fatos a partir dos quais procedemos à análise e a síntese historiográficas. Porque, como nos lembra Eric Hobsbawm, devemos combater a moda intelectual “pós-moderna” que afirma não existir “nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. *Não podemos inventar nossos fatos.* Ou Elvis Presley está morto ou não”.⁴

Dos novos protagonistas políticos, sem dúvida o que se distingue é a interventoria, instituição nunca presente antes no cenário político estadual, pelo menos da forma como se apresentou nos anos de 1930. Não só pela instituição em si, mas pela circunstância de surgir no Espírito Santo um interventor "de fora", de extração militar e com um projeto reformista, se não consubstanciado em um documento, pelo menos implícito em suas ações, e diretamente ligado ao centralismo que Vargas vai impor ao Estado brasileiro.

Já em 1965, Francisco Weffort constatava esse fenômeno na história política nacional: “Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece *o poder do Estado como instituição, e esse começa ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira*”. E acrescenta: como o Estado “pode se legitimar com o apoio das massas, [ele] encontra naquele compromisso uma nova fonte de poder; passa à condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais”; para concluir que “o Estado encontrará, assim, condições de se abrir a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas”.⁵

Esse Estado de compromisso congrega os interesses de diversas classes sociais, mas não é um sujeito delas desligado. Deve-se enunciar claramente que o Estado de compromisso vincula-se aos interesses das classes dominantes, mas não de forma direta. A margem de manobra que o referido Estado conseguiu frente aos ditames das classes dominantes – entre outros aspectos, devido ao fato de se estar vivendo num período de exceção –, ele a utiliza para encaminhar a questão social que vinha se arrastando ao longo de toda a República Velha. Encaminhar as

⁴ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 18.

questões de fundo social, se interessava diretamente às classes subalternas, abrangia o conjunto da sociedade. E isso as classes dominantes, com suas frações ligadas às burguesias cafeeira e industrial, logo perceberam e apoiaram.

Eis o delineamento de alguns eixos importantes das nossas preocupações aqui presentes e que formam um conjunto de questões, verdadeira agenda de temas políticos sobre os anos trinta no estado do Espírito Santo. Esta agenda teve que ser apresentada, pois é ela que nos conduz à formulação do problema do presente estudo que, nas suas limitações, não possui a pretensão de esgotá-la.

As idéias de ruptura ou continuidade, consideradas mutuamente excludentes, são interpretações já antigas no que diz respeito à história do Movimento de 30.⁶ E são encontradas em muitos trabalhos mais recentes de analistas da história contemporânea do Brasil. Força é concordar com a seguinte apreciação que, por situar o problema de forma equilibrada, merece ser transcrita de forma extensiva:

As teses da ruptura ou da continuidade podem ter sua razão de ser quando especificamos os aspectos da vida social aos quais elas se aplicam e, mesmo assim, devemos deixar clara a própria noção de ruptura com que estamos analisando o processo histórico. A alternativa ruptura *versus* continuidade talvez seja um tanto ilusória, já que os movimentos político-sociais, mesmo os mais radicais, têm também elementos que foram gerados na velha ordem e a idéia de um corte radical com o passado pode não ser a melhor representação do processo histórico.⁷

E o texto acrescenta uma ponderação lógica, aqui consignada como um lembrete permanente para se aquilatar o tipo de compreensão histórica que se pretende buscar com o presente trabalho: “A história não se processa pela emergência abrupta de eventos, mas alguns deles podem lhe imprimir um determinado curso, nem sempre previsto em seus antecedentes”. Então, optar entre um posicionamento e outro seria um falso problema? Parece que existe para

⁵ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 55-56.

⁶ BORGES, 2001, p. 170. O termo “idéia” para referir-se a continuidade e a ruptura é desta autora.

⁷ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, verbete *Revolução de 1930*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>>. Acesso em: 26/01/2005.

a questão uma outra via a ser trilhada: “Entre o determinismo, onde os acontecimentos são vistos como produto de uma necessidade inquestionável, e o voluntarismo, que vê a vontade e a ação humanas como elementos fundamentais do processo histórico, cabe relativizar [...]”. E essa relativização é fundamental do ponto de vista teórico, porque por meio dela se pode “compreender as complexas relações entre traços estruturais, dados conjunturais e a opção de determinados atores sociais”.⁸

Dessa forma, para analisar a história política do estado do Espírito Santo, ocorrida nos anos de 1930 a 1937, propomos que as idéias de continuidade e ruptura ganhem um contorno peculiar por estarem presentes de forma simultânea. De uma parte, continuidades no exercício do poder político por representantes das classes dominantes. De outra, rupturas com um passado oligárquico-elitista que, já naquela época, era julgado como promotor de exclusão política e de incompetência administrativa.

A unir essas idéias de ruptura e continuidade, o reformismo autoritário. Tal conceito, cuja operacionalização se busca neste trabalho, engloba ações de modernização institucional e centralização político-administrativa (por exemplo, alterações no aparelho regional de Estado); e, então, temos indicações de rupturas com o passado oligárquico. Mas também esse reformismo compreende uma dimensão autoritária que busca postergar os avanços sociais das classes subordinadas e, dessa forma, fica patenteado o aspecto de continuidade nas muitas ações políticas da época. Assim, entre rupturas e continuidades o reformismo autoritário na vida político-administrativa capixaba pode ser compreendido como uma expressão regional de um projeto centralizador e reformista do governo federal.

Ambas as idéias de ruptura e continuidade fizeram parte de um longo processo histórico a que estiveram submetidas as ações políticas no Brasil a partir de seu nascimento como nação politicamente independente, e que Antonio Gramsci, referindo-se a outro contexto histórico, denominou de revolução passiva. Ou seja, ruptura e continuidade somente podem ser entendidas como pertencentes a um processo histórico-político de longa duração e que na teoria gramsciana está assimilado ao conceito de revolução passiva. Porque, como garante Daniel Campione,

[...] a revolução passiva é um tipo de processo que percorre toda a história latino-americana, desde a independência e a constituição dos

⁸ Ibid.

Estados nacionais, processo realizado inequivocadamente “a partir de cima”, com aparatos estatais que se construíram, dando forma ao mesmo tempo à estrutura de classes da sociedade e assentando as bases para um tipo de desenvolvimento que incluiria a incorporação ao mercado mundial.⁹

Além disso, deve-se atentar para o fato de que o conceito de revolução passiva, também denominado por Gramsci de “revolução-restauração”, contém, ao mesmo tempo, as idéias de ruptura (revolução) e continuidade (restauração). *Acreditamos que se associarmos o conceito de revolução passiva com as idéias de ruptura e continuidade estaremos reforçando a validade teórica de todos os elementos envolvidos nessa operação.*

Para não incorrerem em erros de avaliação, muito comuns quando se trata de analisar conjunturas políticas, mormente em situações voláteis como as dos anos trinta no Brasil, nos escudamos na metodologia gramsciana que “nos obriga a fazer um balanço concreto da situação histórica”.¹⁰ Ou seja, analisar as “relações de força” presentes nas conjunturas históricas de nosso interesse.¹¹ Pretendemos nos valer do instrumental teórico de Gramsci para tentar surpreender, num estado periférico do Brasil, particularidades de uma forma de revolução que segue um longo processo; de uma revolução sem revolução, de uma “revolução-restauração”, de uma “revolução passiva”.

O conceito de “revolução passiva” é considerado por Coutinho como “capaz de fornecer importantes indicações para a análise dos processos de ‘modernização conservadora’ que caracterizam a história brasileira”.¹²

Ao optarmos pela idéia de pluralidade, pela ampla “visão de um campo de possibilidades históricas”,¹³ pelo enquadramento tanto das rupturas como das continuidades, é nosso interesse esclarecer de que modo se processou a rearticulação das facções oligárquicas

⁹ CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51-66. p. 65.

¹⁰ KEBIR, Sabine. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 147-155. p. 152.

¹¹ Para situar historicamente as “relações de força”, cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 36 et seq.

¹² *Ibid.*, p. 195. O conceito de “modernização conservadora” empregado por Coutinho foi retirado, tudo indica, da obra de Barrington Moore Jr, *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

¹³ BORGES, 2001, p. 171.

espírito-santenses e seus representantes políticos frente ao projeto reformista autoritário que se desenvolveu no país e no estado ao longo da década de 1930. Quer dizer, deseja-se tornar claro o significado das ações políticas e institucionais implementadas no estado do Espírito Santo dos anos trinta, identificando quais jogos de interesses elas explicitavam e de que forma contribuíam para consolidar um projeto de hegemonia política.

Porque nesse universo político capixaba, aparentemente restrito, é possível identificar ideologias em circulação, e correntes de pensamento a que se ligavam as antigas e as novas lideranças políticas.¹⁴ Após o advento da Revolução de 30 no estado do Espírito Santo, o que mudou na política capixaba? O que permaneceu como antes, só que numa nova roupagem? Enfim, após pesquisar, analisar e sintetizar os dados empíricos é preciso que se julgue como os "anéis" políticos das classes dominantes foram oferecidos à interventoria para que se preservassem os seus "dedos" econômicos. Ou mesmo, ao contrário do que diz o ditado popular, é necessário estabelecer que "anéis" políticos somente foram trocados de uns "dedos" elitistas para outros; ou, ainda, que novos "anéis" foram acrescentados aos velhos "dedos" econômicos da elite.

Já vimos que o objeto central deste estudo é, numa idéia de pluralidade, enfrentar a questão da ocorrência de rupturas e continuidades nas ações políticas e institucionais vigentes no estado do Espírito Santo no período da Segunda República, em comparação com a situação existente ao final dos anos vinte. Assim, devem ser levantadas algumas hipóteses e sub-hipóteses iniciais, a fim de se problematizar o objeto, sempre procurando demonstrar, no decorrer do trabalho, as rupturas e continuidades presentes na história política capixaba daquele período.

Não foi somente a partir do Movimento de 30 que representantes da parcela hegemônica (comercial-exportadora) da classe dominante passaram a controlar o aparelho regional de Estado, em detrimento das oligarquias agrárias. Esse controle já existia e, a partir de 1930, assiste-se ao reforço dessa hegemonia, além de uma troca de guarda elitista com valorização de uma fração da classe dominante em detrimento de outra. Assim, a Segunda República no Espírito Santo trouxe uma reorganização das elites políticas estaduais, um rearranjo político intra-oligárquico.

Ocorrem também o declínio, e mesmo o desaparecimento, de antigas lideranças políticas e o surgimento de novas, todo esse quadro político emoldurado pelo reformismo autoritário –

¹⁴ Cf. ABREU, Fernando de. *Vergastas*: [discursos]. Rio de Janeiro, [s.n.], 1930.

tradução regional de projeto do governo central, como já assinalado. Nesse sentido, houve uma ruptura com práticas oligárquicas e institucionais vigentes na República Velha, e se estabeleceu uma nova correlação de forças políticas. Mas o aparelho regional de Estado foi orientado para reforçar a supremacia dos representantes da parcela hegemônica da classe social dominante, parcela ligada ao comércio exportador de café. E, assim, tivemos uma continuidade na situação política existente no estado desde o período anterior à Revolução de 1930. Referida situação compreendia a existência de duas frações da classe dominante, uma ligada às oligarquias agrárias e a outra vinculada aos exportadores de café, com o predomínio desta última. Mas sem que houvesse nenhuma contradição política maior entre tais frações, é bom que seja sublinhado.

Para atender aos interesses da classe dominante, frente às novas demandas por participação política e benefícios sociais efetuadas pelas camadas médias e baixas, a administração de Punaro Bley no período de 1930 a 1937 se caracterizou por uma estratégia de conciliação de interesses. A engenharia institucional estabelecida pela interventoria tinha como um dos seus pressupostos a intermediação político-administrativa do chefe do aparelho regional de Estado com o poder central e com os poderes locais e pela implementação de políticas públicas como saneamento financeiro, melhorias na prestação da educação e saúde públicas, aparelhamento do porto de Vitória, criação de banco local, e outras iniciativas. Todo esse quadro estava montado no contexto de um reformismo autoritário e modernizante, que beneficiava principalmente as classes dominantes e, de maneira subsidiária, as classes médias. Então, pode-se constatar a presença, no quadro político e institucional capixaba da década de 1930, de práticas continuísta e, ao mesmo tempo, de uma certa ruptura com o passado.¹⁵

Os intelectuais orgânicos, comprometidos com a classe dominante, procuram influenciar o poder local por meio de diversos “partidos”, no sentido gramsciano do termo. Alguns desses “partidos” eram instituições já presentes no universo capixaba como a Associação Comercial, a Maçonaria, a revista *Vida Capixaba*, o Instituto Histórico e Geográfico. Outros foram criados no período, como o Rotary Club, a revista *Chanaan*, e diversos sindicatos patronais e de trabalhadores.

No relato de Vavy Pacheco Borges com que iniciamos esta introdução, a historiadora acrescenta que a interpretação do professor Delgado de Carvalho era feita “fora do campo do

¹⁵ ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

marxismo, porém que aceitava uma ruptura e uma recomposição de forças depois de 1930”. Continua a referida historiadora, afirmando que, “segundo relato do próprio Ianni, foi a partir dessa idéia que ele Ianni se preocupou com a idéia de revolução não como algo de abrupto ou enfrentamento armado (como tinha sido a Revolução Francesa)”; e o sociólogo, então, “começou a pensar que poderiam existir revoluções num processo histórico-social não abrupto ou violento, mas de forma lenta e incruenta”.¹⁶

A historiografia denominou de Segunda República o período de outubro de 1930 a novembro de 1937. O seu estudo se faz, em geral, inserido no contexto maior da Era Vargas, sendo mais freqüentes os trabalhos que focalizam o Estado Novo (1937-1945) e, em muitos deles, o intervalo histórico antes referido costuma ser tratado como simples introdução aos anos em que vigorou no país a ditadura estado-novista. Ademais, os estudos sobre essa fase da história brasileira não costumam distinguir de forma nuançada as ocorrências políticas, tratando-as em bloco. Ora consideram acontecimentos políticos do início do período como válidos para toda a duração, ora insinuam que se encerraram naquela época certos processos que avançaram até bem depois.¹⁷

Outro equívoco muito comum que existe em nossa historiografia, e relativo aos anos de 1930 a 1937, é o de se julgar o todo ignorando-se as partes. Quer dizer, não se levam em consideração as especificidades dos estados e mesmo das regiões brasileiras que, por certo, sofreram de forma diferenciada os impactos dos acontecimentos políticos desse período. Já na historiografia produzida regionalmente, costuma-se deixar de lado os rebatimentos nos estados de decisões políticas tomadas no centro do poder federal na época do Governo Provisório e do primeiro mandato presidencial de Vargas.¹⁸

Esse tempo transcorrido do fim da República Velha até o começo da ditadura do Estado Novo (1930-1937) é caracterizado por forte instabilidade das instituições republicanas e pela riqueza e diversidade de ocorrências políticas. Dentre essas últimas, devem ser mencionadas a criação de partidos de âmbito estadual, com destaque para os que se denominavam de Partido Social Democrata – PSD e se colocavam na linha de apoio a Vargas; a instituição da Justiça Eleitoral, do voto secreto e obrigatório e da participação feminina nas votações; a escolha em 1933 de representantes à Assembléia Nacional Constituinte; os pleitos para as assembleias

¹⁶ BORGES, 2001, p. 442.

¹⁷ Ibid., p. 169 et seq.

¹⁸ Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1996, vol. 9, nº 17, p. 59-84.

constituintes estaduais; as disputas pelas governadorias por meio do voto indireto; a existência de deputados “classistas”; a realização de eleições municipais, e outras. Essas são questões eminentemente políticas e algumas delas foram equacionadas de forma diferenciada nos diversos estados que então compunham a Federação brasileira.¹⁹

Na bibliografia histórica sobre os anos 30 no Brasil, outra discussão trata do projeto político e institucional que levou à instauração do Estado Novo. Assim, ao se considerar a “fabricação” do processo político e institucional que deu origem ao regime ditatorial estado-novista, também devem ser resgatadas suas especificidades nos estados.

Muitas são as pesquisas que surgiram nas últimas três décadas e tiveram a Era Vargas como objeto de estudo, a ponto de vários estudiosos considerarem que esse período é detentor da mais volumosa produção intelectual realizada por estudiosos da nossa história. Tal avanço historiográfico deveu-se a inúmeros fatores e, dentre eles, podem ser citados a instauração e declínio do Regime Militar em nosso país; o distanciamento no tempo da época varguista, com alguns de seus personagens principais deixando a cena da vida; a instituição de cursos de pós-graduação em História; a criação do CPDOC/FGV e do Arquivo Edgard Leuenroth; a relativização que o neoliberalismo pretende fazer em relação às conquistas trabalhistas existentes desde a Era Vargas, e outros mais.

Por outro lado, há carência de estudos na área de história política que enfoquem a década de 1930 no estado do Espírito Santo. Somente existem os trabalhos de Marta Zorzal e Silva (1995), João Gualberto Moreira Vasconcellos (1995), Renato Pacheco (1998) e Carlos Vinícius Costa de Mendonça (2002) que tratam de questões políticas espírito-santenses relativas ao período de nosso interesse; e, mesmo assim, eles não têm como objeto de estudo específico a Revolução de 1930 e seus desdobramentos políticos no estado capixaba.

Ao analisarmos a produção historiográfica do período focado, devemos considerar o fato de que na história do Brasil o termo “revolução” é utilizado de forma indiscriminada, e muitas vezes para designar episódios políticos que se caracterizaram como conservadores – o caso do Movimento Militar de 1964 é um bom exemplo. “No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se a sua simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais

¹⁹ Cf. GOMES, 1996.

corriqueiro”.²⁰ Assim, o emprego da expressão “Revolução de 1930”, apesar de ter uso corrente na historiografia, não impede que examinemos as diversas vertentes explicativas que analisam essa fase da vida nacional.

Buscou-se analisar mais uma definição de revolução passiva no intuito de enfatizar a vinculação deste conceito a um processo histórico de longa duração que não se apresenta pronto e acabado desde o seu início, mas é construído de forma deliberada, com a tese assimilando a antítese, a superação dialética sendo sempre negada. Assim, a Revolução de 1930 e seus desdobramentos mais imediatos podem ser considerados como um dos episódios, um dos momentos desse longo processo vivido na história brasileira, desde seus primórdios como nação politicamente independente.

Assim, por que não considerar essas rupturas institucionais como indícios de um processo político que se desenrolava em um nível mais profundo? De qualquer forma, sempre devemos ter em mente que esses marcos cronológicos não se constituem em barreiras intransponíveis. Sua utilidade é de servirem como referência para organizar as interpretações dos acontecimentos políticos. Dessa maneira, não vislumbramos nenhum inconveniente metodológico em adotar as balizas temporais consagradas pela historiografia para demarcar a Segunda República brasileira.

De forma a relativizarmos e historicizarmos essas amarras teóricas, devemos ter sempre presente a assertiva de Draibe, quando assegura ser inegável “que a transformação no pós-30 não foi unilinear e unívoca e dificilmente será apreendida através de uma caracterização de tipo *geral* da estrutura de poder – o ‘compromisso’, a coligação conservadora, o populismo – ou apenas no puro nível do jogo político entre forças heterogêneas”. A solução seria entendermos tal transformação na concretude histórica, ou seja, nas especificidades da construção do Estado capitalista e burguês no Brasil e, nesse processo, surpreender “as expressões da autonomia e da capacidade dirigente do Estado”, o que se constitui, justamente, no objetivo que desejamos atingir no presente estudo, no que concerne ao estado do Espírito Santo.²¹ E que se coadunam perfeitamente com a assertiva gramsciana, já citada, que sempre “nos obriga a fazer um balanço concreto da situação histórica”.²²

²⁰ WERNECK VIANNA, Luiz J. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 12.

²¹ DRAIBE, 1985, p. 27.

²² KEBIR, 2003, p. 152.

Outro trabalho que discute a historiografia sobre o tema do nosso interesse tem como autora Ângela de Castro Gomes, que nele analisa a revitalização dos estudos de história política no país. Na segunda metade dos anos 1970, estava na ordem do dia procurar a origem para a "dramática questão do autoritarismo" na vida nacional, fato que contribuiu de forma decisiva para a revitalização dos estudos de história política entre nós. A partir dessa constatação, são escolhidas pela autora "algumas áreas temáticas consideradas significativas quantitativa e qualitativamente: a dos estudos políticos que retomaram temas clássicos como as instituições partidárias e sindicais [...] e a dos estudos políticos que se dedicaram ao pensamento político-social brasileiro".²³

A última das avaliações sobre a produção historiográfica que tem por tema os anos trinta, e que escolhemos para aqui analisar, foi realizada por Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2003) e apresenta diversas vertentes explicativas da Revolução de 1930. Uma delas possui dois pressupostos básicos: "o papel central desempenhado no movimento pelas classes médias, que no pós-30 teriam ascendido ao poder embora em caráter não exclusivo, e a existência de uma forte identidade entre estes setores e o movimento tenentista" e compreende autores como Virgínio Santa Rosa, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. A outra vertente, compartilhada por autores como Nelson Werneck Sodré, considera que "a revolução de 1930 seria o resultado de uma brecha na classe dominante que, ao cindir-se, permitiu a composição de uma de suas frações (a burguesia industrial) com setores médios urbanos e sua ascensão ao aparelho do Estado".²⁴ Acreditamos que tais interpretações já estão ultrapassadas pelas visões teóricas defendidas em trabalhos historiográficos posteriores, especialmente nos ensaios de Francisco Weffort e Boris Fausto antes referenciados, e que também são tratados por Ferreira e Pinto.

De acordo com elas, exatamente as obras desses últimos autores citados compõem uma terceira vertente explicativa. Erigida nos anos 70, tal vertente critica as duas anteriores e propõe uma interpretação alternativa. Para Weffort e Fausto "a Revolução de 1930 deve ser entendida como o resultado de conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira". No entanto, abre-se um vazio no controle do Estado "em virtude da incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder de maneira exclusiva, e com o colapso político da

²³ GOMES, 1996.

²⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge et al. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 408.

burguesia do café”. As autoras afirmam que “a resposta para essa situação foi o Estado de compromisso” e apontam entre as suas características principais “uma maior centralização, com a subordinação das oligarquias ao poder central, a ampliação do intervencionismo, que deixa de ser restrito à área do café, além do estabelecimento de certa racionalização na utilização de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional”.²⁵

Convém registrar também que já foram deixadas de lado pela historiografia muitas outras interpretações do Movimento de 1930 por, da mesma forma, tentarem estabelecer causas e desdobramentos importantes a partir de explicações teóricas sem correspondência com os dados empíricos. Dentre essas interpretações destacam-se: a que entendia o Movimento como uma manifestação da classe média, os tenentistas sendo o seu segmento militar; a filiada ao antigo PCB que queria a Revolução de 1930 como um marco na transição brasileira do capitalismo inglês para o capitalismo de domínio norte-americano; e, finalmente, aquela que considerava a ascensão da burguesia industrial e a derrocada da burguesia cafeeira no Brasil como se fosse uma rápida troca de guarda, sem contextualizar o processo histórico envolvido.

É fundamental que se dê conta dos caminhos percorridos pelos principais trabalhos cujos objetos estão ligados, direta ou indiretamente, àquele ora selecionado, para manter-se atualizado sobre o estado-da-arte da produção historiográfica referente ao objeto desta pesquisa. Assim, é necessário refazer os principais “percursos historiográficos”, de modo a assegurar que determinadas opções teóricas ou metodológicas, somente enunciadas ou descartadas por outros pesquisadores, possam ser retomadas, se interessarem ao estudo sobre a política capixaba nos anos trinta.

Com base nos estudos antes apresentados sobre a historiografia da Era Vargas, devemos fazer algumas considerações. O fato de Vavy P. Borges alinhar-se às diretrizes da história cultural não invalida sua percuciente análise da historiografia, nem obriga que compartilhemos da opção teórico-metodológica por ela adotada. Se, hoje em dia, para analisar uma conjuntura histórica virou moeda corrente referir-se ao “amplo campo das possibilidades”, justamente uma dessas possibilidades consiste em fugir da dicotomia entre continuidade *versus* ruptura no universo da política da década de 1930 em nosso país, e considerar que, para o caso, houve continuidades e rupturas. A busca por maiores possibilidades cognitivas e pela pluralidade epistemológica não é monopólio do pensamento pós-moderno, nem da história cultural. Nesse

²⁵ FERREIRA e PINTO, 2003, p. 409-410.

sentido, devemos chamar atenção para as virtualidades da história, que ao estudar o passado de uma sociedade não pode se restringir aos aspectos da infra-estrutura econômica e prescindir da superestrutura cultural, onde se desenrola o jogo político. Por isso é que acreditamos ser possível nos valermos do “amplo campo das possibilidades” que a história política nos oferece, mas com o emprego de um viés teórico gramsciano, e não exclusivamente culturalista.

Entendemos, também, que as análises de Francisco Weffort e Boris Fausto, de matriz gramsciana, ainda não esgotaram todas as suas potencialidades explicativas acerca do Movimento de 30 e seus desdobramentos de médio prazo. Essa postura leva em conta que rupturas e continuidades se inter-relacionam de forma dialética, como num processo, e não se excluem. Assim, julgamos correto o entendimento de que a Revolução de 1930 é representativa de descontinuidades políticas (umas superficiais, outras mais profundas), já que inegavelmente ocorreu uma ruptura político-institucional no país. Correto também se constitui o outro entendimento, por ser complementar ao anterior, em considerar que nos anos trinta aconteceu uma continuidade, e não uma transformação radical, nas estruturas econômicas e sociais brasileiras, diferente do ocorrido na Revolução Francesa ou na Revolução Soviética. No que se relaciona à teoria política, consideramos que o presente mais “novo” tem por volta de setenta anos – as análises de Gramsci, o grande renovador da filosofia política e que aborda de uma perspectiva marxista ainda não superada as questões teóricas ligadas à superestrutura.

Os historiadores não devem ser profetas do passado. Não devem, por exemplo, “arrumar” retrospectivamente a história dos anos trinta para com ela forçar a explicação do que veio depois, por já saberem o que aconteceu. Esse, talvez, seja o supremo anacronismo, do qual é difícil escapar. Difícil, mas não impossível. Basta lembrar que sempre vamos ao passado carregados do presente. Por outro lado, o simples enunciar dessa premissa – muito citada, até de forma vulgar –, pela qual se entende que os historiadores sempre formulam suas indagações ao passado a partir de uma perspectiva contemporânea, costuma deixar de lado um dos seus corolários principais. Tomando o aspecto formal dos que acreditam ser uma vacina infalível contra qualquer mal metodológico, os pesquisadores em história se esquecem exatamente de ressaltar essa postura de contemporaneidade. E muitos vão agora ao passado, próximo ou remoto, buscando “fingir” que não estão no início do século XXI. Como se isso pudesse atrapalhar uma pretensa isenção que, segundo acreditam, necessariamente devem adotar no escrito da história. No processo de construção do presente estudo, que possui um objeto específico, procurou-se não perder de vista o amplo campo temático no qual ele se

insere, nem seus desdobramentos historiográficos. Ou seja, aquilo que sabemos, mesmo de forma limitada, sobre a atuação dos regimes políticos totalitários e autoritários ao longo do século anterior no Brasil e no mundo e, principalmente, sobre suas conseqüências para a sociedade e sobre o fim que tiveram, não foi ignorado e esteve sempre presente em nossas indagações.

A ancoragem de todas as questões teóricas, antes brevemente levantadas, somente pôde ser feita depois de percorrido o caminho da pesquisa a que nos propusemos. Justamente esse percurso nos revelou a justeza das opções teóricas e historiográficas aqui indicadas, por nos ajudar na superação de obstáculos sempre colocados pela diversidade, quantidade e dispersão das fontes historiográficas e pela necessidade de serem elas sempre problematizadas. Poderíamos dar muitos exemplos para ilustrar essa questão, mas vamos nos ater a dois somente. Apesar de considerarmos que todo governo discricionário da Modernidade tem no diário oficial a fonte por excelência para o estudo da sua história, por uma questão de praticidade e agilidade na pesquisa e na elaboração da dissertação – tendo em vista a limitação do tempo – optamos por deixar de lado a maioria das fontes oficiais (impressas e manuscritas), muito numerosas e ricas de informação para a época e o tema estudados, mesmo tendo consciência que tal escolha iria empobrecer e limitar o presente trabalho. Privilegiamos, assim, a pesquisa em arquivos privados mais acessíveis (detentores também de muitos documentos oficiais), em cartas publicadas na época, num diário, em reminiscências e num periódico que marcou a existência espírito-santense nesses anos, a revista *Vida Capichaba*. Outro exemplo de tratamento das fontes: como realizar a crítica historiográfica das memórias de uma figura política tão importante no contexto histórico abrangido pelo trabalho, como o foi João Punaro Bley? E, observe-se, são reminiscências lançadas em anotações depois de algumas décadas de acontecidos os fatos. Para enfrentar esse caso, como outros tratados na presente dissertação, seguimos o método indiciário, que Carlo Ginzburg demonstrou de forma magistral, em associação com uma “concepção geral” crítica, própria do método gramsciano.²⁶

Acreditamos que, sem o apoio do instrumental teórico e metodológico antes enunciado, o caminho historiográfico percorrido seria completamente diverso, ou nem sequer teria existido.

²⁶ Cf. GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; cf. também GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 353.

Dentro do vasto campo da história política do Brasil, já temos definido que o objeto central do presente estudo consiste em demarcar as especificidades da Revolução de 1930 e seus desdobramentos até 1937 no estado do Espírito Santo, distinguindo naquela conjuntura política as ações do governo e das elites políticas que representaram ruptura, e as que tiveram um sentido de continuidade em relação ao passado pré-revolucionário. Em outras palavras, nosso enfoque privilegia a articulação das elites políticas com a atuação governamental de cunho reformista implementada pela interventoria federal a partir de 1930 no território capixaba, procurando desvendar nessa articulação os sinais de ruptura e os de continuidade. As questões teóricas e historiográficas vinculadas àquele enfoque foram tratadas na Introdução deste estudo.

Consideramos imprescindível abordar a formação territorial (incluindo a ocupação territorial, a distribuição demográfica, a rede de comunicações, a divisão administrativa), e a formação sócio-econômica nas quais a população espírito-santense e seus representantes “faziam política”. Nessas formações é que vão se introduzir as ações da interventoria e dos demais atores políticos na década de 1930. Referidas abordagens são tratadas no capítulo “De qual estado do Espírito Santo se trata?” do presente trabalho.

O capítulo “A Revolução de 1930 no estado capixaba” destina-se a analisar os contextos mundial e brasileiro nos quais se inseriram o Movimento de 30 e seus desdobramentos imediatos. Nessa parte também se buscará conhecer um pouco da realidade espírito-santense anterior à revolução, e de que maneira Punaro Bley e seu grupo político posicionaram-se frente às pressões e demandas revolucionárias, e de outras entidades e protagonistas interessados no poder, para assumirem e firmarem-se no comando do aparelho regional de Estado e iniciarem medidas ligadas ao reformismo autoritário.

Em meio à efervescência política da década de 1930, assiste-se no estado do Espírito Santo ao desaparecimento de antigas lideranças que se retiram de cena devido a causas várias (por exemplo, Bernardino Monteiro morre em 1930, Jerônimo Monteiro, em 1933) e ao surgimento de políticos que se firmarão em épocas posteriores, como Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves. E à permanência na cena política de personagens com atuação variada na República Velha como Fernando de Abreu, Geraldo Viana e Afílio Vivacqua. Ocorrem, também, rearticulações políticas envolvendo as facções dos jeronimistas e dos bernardinistas oriundas do extinto Partido Republicano Espírito-santense, e o aparecimento no cenário estadual de novos partidos gramscianos, sejam de expressão nacional como a Liga

Eleitoral Católica (LEC), Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), sejam de âmbito estadual como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido da Lavoura (PL), os sindicatos. No capítulo “Consolidação da interventoria (1931-1934)” serão analisadas as principais conjunturas políticas do período, nas quais se fizeram presentes no estado capixaba aqueles atores, facções e partidos.

Existe outro momento da história política espírito-santense que merece análise acurada – a eleição indireta para governador realizada em 1935, que teve lances marcantes de articulação partidária e ações individuais. Referida eleição é importante porque ensejará a continuidade da atuação político-administrativa do grupo ligado ao interventor federal, só que numa formatação democrática, mesmo que limitada. No capítulo “Política regional e democracia limitada (1934-1937)” pretende-se demonstrar que, a partir de 1935, uma das ações prioritárias do governo estadual foi a de continuar sua administração reformista pelo alto e, na hora oportuna, participar na conspiração do golpe do Estado Novo. Com tal procedimento, Punaro Bley vai permanecer no comando do aparelho regional de Estado por mais cinco anos, como interventor novamente, agora no regime estado-novista – período não abrangido por esta dissertação.

Nas Considerações Finais procuraremos correlacionar as principais ações das elites políticas espírito-santenses com atividades desenvolvidas no contexto do reformismo autoritário para evidenciar como ocorreu uma dupla cooptação – dessas elites regionais e locais pelo representante do poder central, e deste representante por tais elites, e para estabelecer o sentido geral da gestão política no estado do Espírito Santo de 1930 a 1937.

Ao examinar a política espírito-santense no espaço de tempo de sete anos (1931-1937), podem ser caracterizados três períodos distintos: o inicial, em que a presença da interventoria esteve sob a influência tenentista mais acentuada (1931-1933); o intermediário, no qual a interventoria conviveu com eleições federais e estaduais (1933-1934); e o período da governadoria (1935-1937), quando ocorreram eleições para deputados classistas estaduais e para vereadores e prefeitos municipais. Esta é uma periodização baseada em momentos políticos muito marcados por legislação eleitoral específica. Ela procura resgatar as especificidades dos arranjos políticos acontecidos no plano estadual.

As divergências políticas entre os grupos adversários tinham como móvel principal a velha disputa, agora renovada devido a novas realidades políticas do país, pelo controle do aparelho

regional de Estado. O que se pretendeu demonstrar nesta dissertação é que, no cenário político capixaba dos anos trinta, todas as personagens desempenharam o seu papel como se fossem atores de uma ópera-bufa – ora cantando em harmonia uns com os outros as partes conduzidas por música ligeira, ora recitando suas falas como textos previamente decorados.

O projeto vencedor usou de todos os recursos disponíveis, sobretudo os de que, como poder estatal, podia lançar mão para manter e ampliar sua hegemonia política: a Igreja e sua pregação doutrinária; o mundo do esporte – em especial o futebol e, no que diz respeito à Vitória, a regata –, e o seu poder de mobilizar positivamente a população para atividades lúdicas; a imprensa, com suas mensagens formadoras de opinião; o cinema e o rádio que ditavam modas; os diversos “partidos” postos à disposição dos interesses das classes dominantes, a Associação Comercial, a Maçonaria, o Rotary Clube, o Instituto Histórico, etc.; o mundo específico da política com seus partidos e facções em embates carregados de emoção; por último, e o mais importante, o poder governamental em si, com sua condição de coordenar todas as outras instâncias sociais para um projeto político, e por ser a entidade que mais facilmente se escuda na lei para proteger ou perseguir, nomear ou demitir, corromper ou se deixar corromper em suas diversas modalidades. Sempre o consenso revestido de coerção.

“A instituição que garante o Estado de compromisso é o Exército”, afirma Boris Fausto, referindo-se ao conjunto do país.²⁷ Essa afirmativa também pode ser aplicada à realidade então vigente no estado do Espírito Santo – nenhuma fração de classe podia hegemonizar o poder estadual. Os cafeicultores não mais podiam exercer a hegemonia. Os comerciantes não podiam exercê-la com exclusividade – o capital comercial cafeeiro estava enfraquecido devido à grande crise. O interventor Bley era um Getúlio em miniatura no Espírito Santo – o testemunho é da própria Alzira Vargas, e recebido como elogio por Bley – “discípulo mais dileto de Getúlio”. E Bley soube valer-se de sua origem militar para manter contatos na esfera do Exército com o propósito de se manter no poder e alcançar alguns objetivos administrativos e políticos difíceis de serem conseguidos de outra forma.

As reformas do secretariado, realizadas por Punaro Bley nas diferentes fases da sua administração de 1930 a 1937, vinculam-se às transformações ocorridas na situação política estadual. Nos dois primeiros anos pós-revolução, houve algumas mudanças nos titulares das pastas estaduais que corresponderam à instabilidade político-institucional daquele período.

²⁷ FAUSTO, 1997, 138.

Depois, as alterações mais significativas do secretariado ocorreram após a eleição de Bley para governador em 1935 e quando da sua nova escolha para interventor em 1937. Tais alterações foram realizadas pelo titular do Poder Executivo como forma de acomodar aliados, ou para cumprimento de promessas ajustadas em composições políticas, e são um nítido reflexo das novas relações de grupos e facções com o poder estadual.

Durante todos esses anos de muita instabilidade do poder – entremeados por episódios de maior gravidade –, afinal, por que o projeto político do grupo liderado por Punaro Bley conseguiu se manter vencedor? Acima de tudo, o interventor, depois governador, guia-se de modo estrito pela cartilha de Getúlio Vargas e, assim, acompanhou de perto as conjunturas políticas que se apresentavam no plano federal. Contudo, esse alinhamento automático com a política federal não implicava subserviência, mas um constante estado de alerta para sentir o predomínio de determinada tendência política em prejuízo de outra. Como exemplos dessa postura política podemos citar três momentos. O primeiro em 1932, quando Vargas apela para apoio frente à Revolução Constitucionalista de São Paulo; as tropas do Espírito Santo foram as primeiras a chegar ao Rio de Janeiro para ajudar na repressão à revolta. Outro momento se deu quando do processo de esvaziamento do tenentismo e conseqüente rearticulação das oligarquias agrárias, o que demandou um processo de adaptação da interventoria a uma nova conjuntura política. Associado a este, existiu outro processo importante, quando do retorno do país aos quadros constitucionais e à prática partidária, concretizado no apoio à política de Vargas. Rezar na cartilha getulista não é mera expressão de ênfase. A referência de Alzira Vargas nesse sentido é reveladora – o jovem capitão procura ser maneiroso politicamente, como a astuta raposa gaúcha. Na política, destrói inimigos e cultiva amigos. Mas sempre dentro da diretriz getulista: cultivar os amigos, sabendo que amanhã eles podem se tornar inimigos; e respeitar os inimigos, pois no futuro se poderão transformar em amigos. Bley conjuga muito bem o consenso político com a coerção, empregando esta sempre que necessário.

Outro aspecto que ressalta da prática política do grupo liderado por Bley – sua flexibilidade operacional. Se fosse o caso, companheiros ficavam no meio do caminho, sacrificados em nome da manutenção do poder, ou das adaptações necessárias quando a política nacional impusesse mudanças que deveriam ter correspondência no estado, como o término do tenentismo, por exemplo. Não se pode perder de vista que a política nesses anos foi conduzida no estado por um líder que possuía formação castrense, e que em muitos momentos fez suas opções de poder utilizando-se de princípios da estratégia militar.

Ainda outro aspecto a considerar, e que explica o continuado uso da hegemonia por parte do grupo situacionista – o estrito compromisso com as “classes conservadoras”, da qual tiveram todo o apoio necessário para a consecução dos seus objetivos políticos. A Associação Comercial de Vitória se solidariza com o governo na crise de 1932 e mesmo em eventos posteriores, como na repressão aos “extremismos políticos”. Em compensação, o governo estadual encampava junto ao governo federal os pleitos de interesse dos exportadores de café baseados em Vitória ou na zona de sua influência econômica. Nesse sentido, houve uma coincidência de interesses entre a administração estadual e o governo da União que, naquele período, implementava ações para “quebrar a espinha” do predomínio paulista na definição de políticas para o comércio exportador de café. Quer dizer, quando a federalização desse comércio passou a ser executada pelo poder central, os estados periféricos tiveram alguns benefícios econômico-financeiros. E não podemos esquecer que a “guerra aos paulistas” foi realizada em duas etapas – em 1930, contra Washington Luís e Júlio Prestes; e em 1932, contra a Revolução Constitucionalista. Boris Fausto e Francisco Weffort referem-se à ausência de paulistas em cargos importantes no governo da União por bom tempo e a justificam da seguinte forma – representantes do poder econômico tiveram que ser afastados do controle político para que o Estado de compromisso ajudasse a melhor desenvolver as novas forças produtivas.²⁸ O Espírito Santo, como terceiro maior exportador de café, soube carrear este benefício em proveito próprio, como a renda obtida pela sobretaxa de 5 shillings por saco de café exportado. Tal fato explicaria, ao menos em parte, a circunstância de o estado capixaba ter sido o único que pagou toda sua dívida externa. E isso associado à política financeira que Punaro Bley imprimiu ao seu governo, uma austeridade próxima à mentalidade militarista de transformar a gestão governamental numa administração de quartel, como seus adversários políticos o acusavam.²⁹ Tal austeridade ia ao encontro dos interesses das classes dominantes – menos compromissos financeiros do estado, menos pressões para a cobrança de impostos.

Em contrapartida, a administração estadual nesse período não descuidou das “classes despossuídas”. Pode-se até afirmar que houve ensaios bem sucedidos do que seria uma prática corriqueira a partir dos anos de 1950, quando o populismo é amplamente praticado – o culto ao chefe, o clientelismo político, a concessão de benesses paliativas (vide as distribuições de víveres em outubro de 1931 por firma particular, e no Natal de 1934 pela primeira-dama do

²⁸ FAUSTO, 1997; WEFFORT, 2003.

²⁹ REZENDE, 1981.

estado) e uma grande preocupação com a assistência social. Muitas das iniciativas neste campo social visavam carrear para o estado benefícios financeiros e técnicos de políticas federais da mesma área, como já assinalado. O que não deixava de contribuir para a manutenção das classes subalternas no seu “devido lugar” – educação (educação física), saúde (hospitais, preventório), assistencialismo de modo geral (exemplo: apoio às famílias dos soldados que foram combater os constitucionalistas de São Paulo em 1932).

Batendo à esquerda e à direita, a ditadura do Governo Provisório e o regime democrático limitado não estariam a serviço da ideologia centrista do liberalismo? Daquele mesmo liberalismo que, segundo Wallerstein, se constituiu na ideologia global da Modernidade? O universo político do estado do Espírito Santo desse período não diferiu muito daquele vigente no restante do país, apesar da existência de peculiaridades locais, como a forte presença do movimento fascista. Para não serem confundidos com extremistas de esquerda ou de direita muitos políticos se diziam adeptos da “liberal democracia”. Depois de sete anos de Governo Provisório e democracia limitada (1930-1937), o país viveu num regime autoritário de oito anos (1937-1945) no Estado Novo. Mas, na continuidade do processo político, houve a queda da ditadura e a redemocratização do país, até mesmo por influência dos Estados Unidos, e o que predominou, nos dezenove anos seguintes, foi uma frágil democracia liberal. Certamente não aquela do liberalismo oligárquico da Primeira República, mas uma democracia populista, onde sempre esteve presente a ideologia centrista do liberalismo. Por sinal, nesse período a influência de idéias e costumes americanos aumenta no estado com a maior difusão do cinema e o estreitamento dos contatos comerciais com os Estados Unidos pela exportação de café e importação de produtos diversos, da forma semelhante ao que ocorreu em outros lugares do Brasil. O certo é que, no estado do Espírito Santo, houve repressão ao comunismo e ao fascismo nesses anos de 1931 a 1937, seguindo os humores do governo central e as peculiaridades locais.

As classes médias tiveram maior acesso a escolas, à participação política, ao lazer, etc. O período pós-30, em quase todo o país, foi de certa mobilidade social – desenvolvimento de uma nova classe média (funcionalismo público e modernização econômica) e incorporação de trabalhadores urbanos, embora de forma tutelada. A mudança pode ter sido menor no Espírito Santo, mas ela aconteceu. Já os pequenos proprietários de terra foram estimulados a permanecer no campo, produzindo café, que era apropriado pelos comerciantes para o revenderem com o devido lucro.

A sociedade espírito-santense continuou ruralizada e bastante estratificada, como acontecia na Primeira República, só que agora de certa forma estrangida pela forte presença do corporativismo. Nesse período, patrões e empregados urbanos foram induzidos à extrema sindicalização, associada à presença dos institutos de previdência social. Assim, o programa executado pelo grupo político que esteve no poder estadual nestes anos todos teve pleno sucesso, visto pelos seus próprios termos – prestigiar as “classes conservadoras” a todo custo e *conservar* o *status* da economia e a estratificação da sociedade espírito-santense. E o êxito de tal programa, inclusive, condicionou a vida econômica e social do estado por um bom período de tempo. No decorrer desse processo histórico, o sucesso do projeto político do reformismo autoritário, tão bem embalado pelas elites políticas espírito-santenses, representou o pagamento de um alto preço por parte do conjunto do estado. Representou o atraso para a economia e para a sociedade espírito-santenses, do qual somente agora se liberta.

Como proceder à *avaliação do sentido histórico* que tomaram, no período de 1930 a 1937, as ações político-administrativas ocorridas no estado do Espírito Santo, emanadas de lideranças locais e regionais ou de diretrizes do governo central?

O traço marcante do período, do ponto de vista sócio-econômico, será a reprodução do quadro anterior, e o incremento da ocupação no norte do estado com o cultivo do café em pequenas propriedades e utilizando a mão-de-obra familiar. Continuam hegemônicos na política estadual os fazendeiros e, especialmente, os comerciantes de café, só que agora conquistando novos territórios estaduais para seus lucros, com o café adquirido de pequenos proprietários, em sua maioria.

O poder político do governador, apoiado no PSD, era então incontestável – ele podia se jactar que, dos 32 municípios espírito-santenses, seu partido tinha elegido em 1936 os prefeitos em 29 deles, o Partido da Lavoura apenas em um, sendo os dois prefeitos restantes (de Santa Teresa e Domingos Martins) filiados à Ação Integralista Brasileira. Na República Velha, nenhum oligarca espírito-santense tinha enfeixado em suas mãos tamanha unanimidade, própria das ditaduras. Mas, era precisamente uma ditadura que estava sendo engendrada no plano federal para, no tempo oportuno, envolver os governadores amigos, presentes na maioria dos estados. Todo o sistema político brasileiro se encaminhava para desfechos autoritários, com base em muito trabalho anterior desenvolvido pelos governos federal e estaduais e por entidades da sociedade civil como a Igreja. O sistema político-administrativo montado por Vargas em seu primeiro período de governo discricionário (quando governou

como Chefe do Governo Provisório) demonstrava eficiência, quer dizer, produzia resultados convenientes para os seus próprios beneficiários. Na época, os integrantes desse sistema político até se orgulhavam de se referir ao Governo Provisório como “Ditadura”, decerto para marcar uma mudança nos costumes relacionados ao poder. Tal sistema continuou sendo modificado, ao sabor das conveniências das classes dominantes, no período de 1934 a 1937. Este consistiu num pequeno interregno democrático, se podemos chamar assim uma frágil democracia que, em pouco mais de três anos, viveu todo o tempo em estado de sítio ou de guerra. Pequeno interregno entre dois períodos ditatoriais; muitos políticos e ideólogos autoritários do período consideravam que 1937 aperfeiçoava e continuava 1930.³⁰

A cidade de Vitória consolida sua supremacia estadual com o término da construção do porto. Alteram-se as práticas políticas e administrativas, mesmo que essas alterações fossem assinaladas por um grande autoritarismo e um conservadorismo sem disfarces. Tem início a adoção de medidas corporativistas e de assistência social por parte do governo estadual para encaminhar as questões sociais, sempre em consonância com a administração federal.

Em outros termos, mais sintéticos: num primeiro momento, as elites econômicas oferecem uns poucos anéis – ou seja, certa representatividade política –, para manterem os dedos nos seus privilégios de classe. Num segundo momento, elas cobrarão esta cessão política, estendendo os dedos para aumentar o seu enriquecimento. A política podia ser exercida por representantes de outros segmentos sociais (da classe média, por exemplo), desde que não se tocassem nos privilégios dos fazendeiros e comerciantes de café. Tudo mudou na aparência político-administrativa, para que na essência sócio-econômica, onde residia o maior interesse da classe dominante, nada mudasse de fato.

Então, por que podemos afirmar que ocorreram rupturas e continuidades nesse período na política espírito-santense? Devido ao fato de que mudou bastante a forma como a classe privilegiada exercia sua dominação – naquele período tem início o processo de passagem a uma sociedade mais complexa e diferenciada, na qual as classes subalternas conquistarão, lentamente, numa luta dura, um papel crescente. Isso malgrado a motivação conservadora do reformismo autoritário, que melhor seria designado como um contra-reformismo. Apesar dos pesares, a história espírito-santense caminhou, como sabemos. Muitos direitos da cidadania que a política de então reprimiu foram depois alcançados e garantidos. A economia se

³⁰ BORGES, 2001; FAUSTO, 2001.

modernizou, muitas conquistas sociais avançaram, mesmo que à custa de grandes sacrifícios por parte da população. No entanto, para sintetizar o projeto político vencedor naqueles anos difíceis – e não pelas razões conservadoras do príncipe de Lampedusa, que encarava a história como algo imutável –, continua válido afirmar: “Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”.³¹

Bibliografia Consultada

7.1 Fontes

7.1.1 Acervos arquivísticos

– ARQUIVO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO.

Livro de atas das sessões do Congresso Legislativo (set. – nov. 1930).

Livro de atas das sessões da Assembléia Constituinte do Estado do Espírito Santo (1935).

– CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO – CPDOC/FVG.

Arquivos: Getúlio Vargas; João Punaro Bley; Lindolfo Collor; Juarez Távora e Oswaldo Aranha.

– ARQUIVO DA LOJA MAÇÔNICA "UNIÃO E PROGRESSO" – VITÓRIA.

Série de Livros de Registro de Atas (1925-1945) e de Processos de Filiação de Irmãos (a partir de 1880).

– ARQUIVO DO ROTARY CLUBE DE VITÓRIA.

Correspondência (1934-1938).

– ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE VITÓRIA.

Livro de Atas das Sessões da Diretoria (1927-1932).

Livro de Atas das Sessões da Diretoria (1932-1939).

³¹ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. Tradução de Rui Cabeçadas. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. p. 33.

7.1.2 Depoimentos

– ANDRADE, Waldemar Mendes de. In: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – inconfidências na capital secreta. Vitória, Papel de Comunicação, 1985, p. 23-30.

7.1.3 Publicações avulsas do período

ABREU, Fernando de. *Vergastas*: [discursos]. Rio de Janeiro, [s.n.], 1930.

_____, *Crepúsculo*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1937.

JOTA-ESSE [Jones dos Santos Neves e Francisco Sarlo]. *Roda de Perfis*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1935.

7.1.4 Periódicos editados em Vitória

– Do período: – *A Gazeta*; *Chanaan*; *Diário da Manhã*; *Vida Capixaba*.

– De época posterior: – *A Gazeta*; *Agora*; *Revista Capixaba*; *Revista do IJSN* [Instituto Jones dos Santos Neves].

7.1.5 Diário e memórias

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Edição de Leda Soares. 2 v. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

BLEY, João Punaro. *Memórias*. Fotocópia manuscrita. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. Referência: JPB d 00.00.00/2.

7.2 Bibliografia

7.2.1 Geral

ANDRADE, Carlos Drummond. *Reunião: 10 livros de poesia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e trabalhadores. In: _____. (Org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria. In: SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000.

_____. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). Ed. rev. atual. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5 v.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1984, t. III, v. 4, p. 271-341.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 159-182; p. 439-446.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51-66.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor P. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. *O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *A República Nova (1930-1937)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *A Segunda República (1930-1937)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.

_____. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1989.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DECCA, Edgar Salvatori de. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediup, 1998.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. A revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 21. ed. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 227-255.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge et al. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. *A questão meridional*. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Cadernos do Cárcere*. v. 1 e 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KEBIR, Sabine. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA Andréa de Paula (Org. Apres.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 147-155.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. Tradução de Rui Cabeçadas. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, t. III, v. 2, p. 343-374.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- MURAKAMI, Ana Maria Brandão (Org.). *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC; Nova Fronteira, 1980.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- SAVIANI, Dermeval. Apresentação à 3ª edição. In: NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2004, p. 11-20.
- SECCO, Lincoln. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. 3. ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- SILVA, Francisco Carlos T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (Org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.
- VÁRIOS AUTORES. *A Revolução de 30: textos e documentos*. Tomo I. Brasília: Editora UnB; CPDOC/FGV, c1982.

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Tradução Renato Aguiar. Revisão de tradução César Benjamin e Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Tradução Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WERNECK VIANNA, Luiz J. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

7.2.2 Específica sobre o estado do Espírito Santo

ACHIAMÉ, Fernando e SANTOS NEVES, Reinaldo (org.). *O reino conquistado: estudos em homenagem a Renato Pacheco*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003. p. 83-112.

ALMADA, Vilma P. Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BORGIO, Ivan *et al.* *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Vitória: Edufes, 1996.

BUFFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Campinas, 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Economia, 1992.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – inconfidências na capital secreta. Vitória, Papel de Comunicação, 1985. 30 p.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Florecultura, 2002.

CASTRO, Leandra Passini de. *Fraga, fragata, fragou...: A família Fraga em Muqui – mais de meio século de história*. Vitória: Artgraf, 1990.

COUSIN, Almeida. *Mundos e fundos: segunda parte de cem anos de memórias*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo – 1835-1985*. Vitória: [s.n.], 1985.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

FERRAZ, Manuel P. *Alegre, a terra e o povo*. Alegre: Jornal Mensagem Editora, 1986.

FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional (1840-1960)*. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Economia Industrial, 1987.

FRAGA, Christiano Woelffel. *A maçonaria no Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], [1995?].

GURGEL, Antonio de Pádua et al. *Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 2000.

HADDAD FILHO, José. *A coluna do capitão Ventura & outras histórias*. Vitória: [s.n.], 2003.

LINDENBERG, Carlos. *De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg*. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989.

MEDINA, Grinalson Francisco. *História do antigo município de São Pedro do Itabapoana, estado do Espírito Santo: páginas de nossa terra, 1534-1931*. [S.l.]: [s.n.], [1932?].

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. *O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940)*. São Paulo, 2002. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Departamento de História, 2002.

MONJARDIM, Leonardo Passos. *História política da família Monjardim*. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

MORAES, Cícero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.

_____. *Assim nasceram as cidades no Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1954.

- MORAES, Ormando. *Não fica bem a revolução chegar a pé: crônicas e relatos*. Vitória: [s.n.], 1979.
- MORANDI, Ângela et al. *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo (1930-1970)*. Vitória: UFES/NEP, 1984.
- NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, IHGES, 2003.
- NEVES, Jones dos Santos. *A serviço do Espírito Santo: discursos*. Vitória: [s.n.], 1954.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, [197-].
- _____. *Jerônimo Monteiro, sua vida e sua obra*. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1979.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: FCES, 1975.
- PACHECO, Renato. *Os dias antigos*. Vitória: EDUFES; SMC, 1998.
- _____. *Discurso de posse na Academia Espírito-santense de Letras*. Vitória: [s.n.], 1957.
- RAMBALDUCCI, Ney Costa. *Muqui, passado de glória, futuro de esperança*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1991.
- REZENDE, Sezefredo Garcia de. *Memórias (1897-1978)*. Vitória: [s.n.], 1981.
- ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória: [s.n.], 2000.
- ROCHA, Haroldo Correa e COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo (1850-1930)*. Vitória: Coplan/IJSN/Geres/FCAA, 1983.
- SALETTI, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996a.
- _____. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996b.
- _____. Sobre a composição étnica da população capixaba. In: *Dimensões – Revista de História da UFES*, nº 11. Vitória: UFES; CCHN, jul/dez 2000, p. 99-109.
- SIQUEIRA, Maria da Penha S. *O desenvolvimento do porto de Vitória*. Vitória: Codesa, 1984.
- SOARES, Renato. *A Escola Ativa antropofágica que a “Revolução” de 30 comeu*. São Paulo: [s. n.], 1998.

TALLON, Miguel Depes e COSTA, Luciana Osório da. *O Espírito Santo na Revolução de Trinta*. Vitória: Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 1980.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. *A invenção do coronel*. Vitória: UFES/SPDC, 1995.

VELLOZO, Paulo. et. al. *Cantáridas e outros poemas fesceninos*. Edição de texto, notas e comentários de Reinaldo Santos Neves. São Paulo, Max Limonad; Vitória, FCAA, 1985.

VENTORIM, Luciano. *Itarana 1882-1964*. Coleção Memórias, 2. Vitória: DEC, 1990.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.